

A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras - BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais

Marcos Leandro Mondardo

Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
Professor Assistente da Universidade Federal da Bahia – Campus de Barreiras
E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

Os setores produtivos no Brasil, a partir da década de 1970, vêm passando por intensa reestruturação produtiva, especialmente, com a difusão desigual do meio técnico-científico-informacional pela globalização que desencadeou profundas *metamorfoses* no processo produtivo associado à agropecuária, reestruturando os espaços rurais e urbanos com a materialização de um novo arranjo territorial. Por isso, este estudo visa analisar e discutir os atuais processos de reestruturação produtiva, com a “territorialização” do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, que se difunde mais radicalmente no município de Barreiras a partir da década de 1980, sendo resultado, em parte, da migração sulista. Esse processo provocou uma reorganização sócio-territorial com a emergência de novas territorialidades por meio da “modernização da agricultura” e do incremento da ascendente urbanização. Apontamos que a “territorialização” do agronegócio globalizado no Oeste Baiano gera paradoxos, pois, ao mesmo tempo em que se “apropria” e “domina” o cerrado gerando riqueza extremamente concentrada, reproduz pobreza por meio da exploração da força de trabalho e dos danos ambientais produzidos por esse modelo predatório de exploração dos recursos naturais.

Palavras-chave: Migração sulista, globalização, “territorialização” do capital, agronegócio, Barreiras - BA.

Resumen

El “territorialización” del agronegocio globalizado en Barreiras - Bahia: migración hacia el sur, la reestructuración y las contradicciones socio-territoriales

Los sectores productivos en Brasil atraviesan, desde la década de 1970, por una intensiva reestructuración, especialmente por la difusión desigual del medio técnico-científico y de información a raíz de la globalización que desencadenó una profunda metamorfosis en el proceso productivo asociado a la agricultura, reestructurando los espacios rurales y urbanos, con la materialización de un nuevo orden territorial. Por esa razón, el estudio tiene como objetivo analizar y discutir los actuales procesos de reestructuración de la producción, con la “territorialización” del agronegocio globalizado en oeste de Bahía, que se ha difundido más radicalmente en Barreiras desde la década de 1980, siendo, en parte, resultado de la migración hacia el sur. Este proceso provocó una reorganización socio-territorial con la emergencia de nuevas territorialidades a través de la “modernización de la agricultura” y un incremento de la urbanización. Se señala que la “territorialización” del agronegocio globalizado en el oeste de Bahía genera paradojas, porque, si bien se “apropia” y “domina” la generación de riqueza cerrado extremamente concentrado, se reproduce la pobreza a través de la explotación de la mano de obra y de los daños ambientales causados por el modelo depredador de explotación de los recursos naturales.

Palabras clave: Migración hacia el sur, globalización, "territorialización" del capital, agronegócio, Barreiras - Bahia.

Abstract

The territorialization of global agribusiness in Barreiras, Bahia: southern migration, production restructuring and socio-territorial contradictions

Since the 1970s, the productive sectors in Brazil have been undergoing an intense restructuring process. Especially with the uneven diffusion of technical-scientific information, globalization has triggered profound transformations in the production processes associated with agriculture. New territorial arrangements have arisen in rural and urban areas as a consequence of this restructuring. This study examines current processes of restructuring production provoked by the territorialization of global agribusiness in the western region of the state of Bahia. This article examines this phenomenon in Barreiras, a municipality in Bahia, which experienced radical transformations from the 1980s. The process led to socio-territorial reorganization, including increased urbanization and the emergence of a new territoriality linked to "agricultural modernization." We point out that the "territorialization" of global agribusiness in Western Bahia generates paradoxes because while it is expropriates and dominates the *cerrado* (dense tropical forest), it generates wealth that is highly concentrated, thereby reproducing poverty through its exploitation of the labor force and destruction of the environment.

Keywords: Southern migration, globalization, "territorialization" of capital, agribusiness, Barreiras – Bahia.

Introdução

Com as transformações que ocorreram no mundo a partir da década de 1970, especialmente com a mudança do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível, muitas *mutações* sócio-territórias ocorreram na produção do espaço, sendo resultado de um conturbado processo de reestruturação produtiva e da inserção de novos espaços nas relações capitalistas globalizadas.

Esse novo contexto é produzido, de maneira avassaladora, a partir da globalização que é compreendida, aqui, pelos processos das mais variadas matrizes (sociais, econômicas, políticas, culturais) que conectam amplas e variadas escalas e parcelas da população em todo o mundo de forma seletiva e desigual (SOUSA, 2005). São processos "desterritorializantes" que aparentemente "diluem" as fronteiras e que têm no capital monopolista e financeiro sua força e magnitude.

Isso é resultado do que David Harvey (1999) denomina de "compressão espaço-temporal" para indicar as intensas e velozes transformações pelas quais passa o mundo após a segunda metade do século passado (1950), especialmente, em função da maior e mais rápida circulação de mercadorias, de informações e de pessoas, embora, esta última esteja condicionada, também, a restrições, contenções e controles dos deslocamentos. Por isso, essas transformações que o mundo vem passando na contemporaneidade estão produzindo "um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural" (HARVEY, 1999, p. 257).

Nesse sentido, especialmente, a partir da década de 1970, os setores produtivos no Brasil vêm passando por intensa reestruturação produtiva. Com a difusão e disseminação desigual da globalização, verificam-se profundas *metamorfoses* sócio-territórias na estrutura produtiva associado à agropecuária, reestruturando os espaços rurais e urbanos com um novo sistema de objetos e ações (SANTOS, 1994), calcado em cada vez mais ciência,

tecnologia e informação. Produziu-se, assim, um novo modelo técnico, econômico e social para a produção e reprodução da agroindústria, o qual pode ser denominado como agricultura moderna e/ou científica (ELIAS, 2003), criando novas maneiras para a acumulação ampliada do capital e um novo arranjo produtivo e social no campo e na cidade.

Segundo Santos (2000), com a globalização se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por intensas mudanças quanto à produção agrícola e à vida de relações. Para o autor, podemos falar de uma agricultura científica globalizada quando a produção agrícola tem uma referência (e, talvez, poderíamos afirmar uma “dependência”) hegemonicamente planetária recebendo influência das mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica. Sobretudo, exige cada vez mais o emprego de ciência, técnica e informação sendo que esta induz ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas através da tendência de uma aceleração do processo (pela intensificação do uso do tempo e do espaço) produtivo no campo. Por sua natureza global, a (“nova”) produção agrícola conduz a uma demanda extrema de comércio na qual o dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável.

Este estudo, nesse sentido, está situado no contexto dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira e aos impactos provocados à reorganização do território, às relações sociais de produção e ao incremento da urbanização. Destaca-se, dessa forma, o objetivo de compreender novas dinâmicas sócio-territoriais promovidas pelos processos de expansão do agronegócio globalizado tendo, como recorte espacial o município de Barreiras e a região Oeste baiana a partir da década de 1970.

Aliado a isso, interessa-nos analisar e discutir a nova dinâmica da produção e do consumo agropecuário globalizados, principalmente, considerando ser esta uma das forças hegemônicas da reorganização produtiva do território brasileiro. Assim, objetivamos analisar em Barreiras, na Bahia, algumas questões relacionadas à “*territorialização*” do capital no espaço agrário organizador de redes agroindustriais transnacionais; a fragmentação do espaço agrário com a sobreposição de diferentes circuitos da economia agrícola e da emergência de uma nova tipologia de cidade, com novas formas e funcionalidades, a cidade do agronegócio, como considera Elias (2006).

No entanto, para falarmos do processo de *territorialização* da agropecuária globalizada no espaço agrário baiano gerador de *novas* territorialidades, precisamos compreender o que se entende por territorialização e territorialidade. Segundo Haesbaert (2006, p. 97), territorialização “significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos)”, poder “este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”. Assim, a territorialização é, em sentido estrito, um processo que envolve mediações através do espaço que proporcionam a “dominação” e “apropriação” de determinada parcela do espaço, o território, pois:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (HAESBAERT, 2008, p. 22).

No presente estudo, focaremos a “territorialização” capitalista (por isso, o uso entre aspas) que utiliza mediações espaciais múltiplas para “territorializar” a agropecuária globalizada, se “apropriando” e “dominando” do Oeste Baiano por meio da difusão das

monoculturas da soja, milho, algodão e café tendo na materialização da cidade do agronegócio, os instrumentos para o exercício de dominação e predominância dessa atividade econômica.

Quanto à territorialidade, o mesmo autor afirma que essa se liga aos processos simbólico-culturais, da formação/mutação das identidades territoriais. Entretanto, a territorialidade não deve ser vista apenas como a simples “qualidade de ser território”, mas, como a capacidade/qualidade de criação de relações simbólico-afetiva e político-disciplinar-econômica. Em uma visão abrangente de territorialidade o autor considera as relações econômicas e culturais – “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005, p. 6776). Logo, as novas territorialidades geradas no Oeste Baiano pelo agronegócio globalizado serão consideradas, aqui, pela perspectiva econômica como uma estratégia política e do poder de “dominação” e “apropriação” das relações desenvolvidas no território.

Assim, a metodologia utilizada nesse trabalho se deu através do levantamento de estudos (livros, artigos, teses e dissertações) relacionados à temática da expansão do agronegócio globalizado no Brasil e no Oeste Baiano, na coleta de dados primários junto a órgãos do governo (estadual e federal) como no Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), na Secretaria de agricultura, irrigação e reforma agrária (SEAGRI), na Associação de agricultores Irrigantes da Bahia (AIBA), em levantamentos minuciosos de informações em revistas (Revista Exame e Globo Repórter), além de anotações das observações realizadas em trabalho de campo.

Da “territorialização” do capital agroindustrial às contradições sócio-territoriais em Barreiras

A região Oeste do estado da Bahia vive uma fase de grandes mutações sócio-territoriais vinculadas à modernização da agricultura com o agronegócio, desde a década de 1980, com cada vez mais importância e participação da ciência, da técnica e da tecnologia no processo de produção/organização desse território. Nessa dinâmica, também participam a mobilização do capital e a mobilidade da força de trabalho, tendo grande destaque por sua magnitude e intensidade a de origem do Sul do Brasil que difunde, em grande medida, a modernização agropecuária através da expansão territorial da fronteira agrícola desencadeada pela monocultura da soja (mas, também, com importante produção de algodão, milho e café) por aqueles atores de classe média e alta.

Para Bernardes (1996), as transformações mais recentes do sistema capitalista no contexto da globalização revelam novas formas de “apropriação” e “dominação” do território e concomitantemente novas mobilidades espaciais da “população”: dos atores que personificam o capital e daqueles que personificam a força de trabalho. O modelo de acumulação, impulsionado pelo progresso técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), busca a reprodução ampliada do capital através de novas inter-relações entre espaço e tempo tendo repercussão na produção e na vida cotidiana (MASSEY, 2004). Assim, à medida que os meios técnicos e tecnológicos permitem uma reestruturação e refuncionalização de territórios, as modernizações técnicas e tecnológicas ao mesmo tempo homogeneizam e fragmentam o espaço, dependendo da ênfase na qualidade particular dos lugares e de seus interesses para o capital, tendo inerente a expansão do capital a necessidade de mobilização da força de trabalho (MONDARDO, 2009).

É nesse contexto de reestruturação geral do sistema capitalista e de emergência de novos padrões tecnológicos que procuramos compreender o espaço produtivo na nova fronteira do capital, apreender a nova organização da sociedade e as relações emergentes nas áreas de expansão da agricultura moderna nos municípios sob a influência do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, especialmente, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, onde vão se instituindo processos que envolvem a abertura de novas áreas, a implantação e articulação de atividades modernas, com destaque na

produção de grãos, impulsionados pela dinâmica de reprodução ampliada do capital. Vale destacar que a região Oeste da Bahia, compreende uma das regiões mais importantes do Cerrado brasileiro, seja pelo seu significado econômico que envolve formas de inserção do capital, seja pela variedade de seus recursos naturais, enriquecida pela diversidade étnica e cultural da população.

Por isso, em países de industrialização tardia como o Brasil, em regiões antes consideradas periféricas, a exemplo do Oeste Baiano em meio ao cerrado, sob o impulso da técnica, há condições para atividades com alto nível de capital, tecnologia e organização, criando condições e sendo condicionado pela mobilidade do capital e da força de trabalho. No Oeste Baiano as atividades agroindustriais são concentradas, especialmente, em Barreiras que, por meio de uma *rede* de atividades produtivas e de serviços modernas, expande-se territorialmente interligando vários municípios da porção Oeste do estado como Luís Eduardo Magalhães (entreposto de cargas, de comercialização e assistência técnica da agricultura moderna na região), São Desidério e Formosa do Rio Preto o que fez com que houvesse intensa atração de capital e de força de trabalho a partir das transformações consubstanciadas da década de 1980 em diante.

É importante lembrar, segundo Haesbaert (1995), que toda essa dinâmica envolve o processo da mobilidade de sulistas e de capital oriundos de cooperativas agrícolas dos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que a partir da década de 1970, impulsionados pelo Estado e pela grande “oferta” de terras, “invadem” o interior do Brasil para a expansão da fronteira agrícola que, concomitantemente, produziu – de acordo com Santos (2000) – a expansão da fronteira demográfica e da frente pioneira no cerrado baiano.

Esses migrantes sulistas foram expulsos de suas terras nas áreas de origem face ao pequeno tamanho de suas propriedades, a construção de barragens para hidrelétricas, como, por exemplo, a hidrelétrica de Itaipu na região Oeste do Paraná, aliado à impossibilidade de expandi-lás devido aos altos preços no mercado de terras fazendo com que estes, num processo de expansão da fronteira agrícola, orientassem seu deslocamento para os cerrados baianos onde, com os recursos auferidos a partir da venda das terras nos estados de origem, poderiam mais do que decuplicar o patrimônio através da aquisição de grande quantidade de terras a preços baixos, terras estas que, por se situarem em área de fronteira agrícola, contavam ainda com um programa de crédito com juros subsidiados por parte do governo federal. Além das famílias de produtores, vieram também algumas médias e grandes empresas e cooperativas, as quais traduzidas em capitais privados, associados aos estímulos governamentais, promoveram a inserção do Oeste da Bahia enquanto espaço destinado à produção de grãos, sobretudo soja baseada em moldes capitalistas e destinada, majoritariamente, ao mercado externo.

A Revista Exame, por exemplo, publicou uma matéria recente onde demonstra na capa uma foto de uma grande máquina utilizada na agricultura moderna para representar o seguinte título: “O sertão agora é assim”, afirmando que “Paranaenses e gaúchos foram os pioneiros. Agora é a vez de investidores estrangeiros desbravarem uma das regiões que mais crescem no campo: o Mapitoba, área de cerrado nos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia” (15/07/2009, p. 1).

Na mesma matéria da Revista Exame é demonstrada, inclusive, a criação de uma nova “regionalização” (se assim podemos nos referir) feita pelo agronegócio no Brasil (como pode ser observado na figura 1 a seguir), que aponta o avanço da produção agropecuária sobre o cerrado por meio da “territorialização” de uma agricultura científica com fortes implicações no meio social, técnico e econômico. Como retrata a matéria, a região da Mapitoba “é o novo sertão brasileiro”, ou, em outras palavras, é a nova fronteira agrícola para o agronegócio:

No imaginário popular, o sertão nordestino é o lugar da seca, da terra inóspita e da miséria. Datam do final do século 19 os relatos do escritor Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, sobre a aridez e a pobreza dos rincões do Nordeste. Mais de um século depois, ainda há muita pobreza.

Porém, num bom pedaço do sertão nordestino, o cenário está mudando. Numa área formada pelas zonas de cerrado de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, culturas de soja, milho e algodão cada vez mais se misturam à paisagem. Apelidada de Mapitoba por alguns e Bamatopi por outros, a região já responde por 10% da soja produzida no país e desponta como uma das maiores potências no agronegócio. Com 2 milhões de habitantes, esse pedaço de Brasil ainda apresenta um PIB modesto: 6 bilhões de dólares, equivalente ao de Belém. Mas a geração de riqueza está se acelerando. Os produtores de grãos estabelecidos há mais tempo são migrantes do centro-sul do Brasil, em sua maioria gaúchos e paranaenses. A eles se somou recentemente uma leva de investidores estrangeiros e empresas do agronegócio. Foram eles que fizeram 70% das aquisições de terras na região em 2008. A estimativa conservadora é que a economia do Mapitoba esteja crescendo à taxa de 10% ao ano. (...) É assim o novo sertão brasileiro (Revista Exame, 15/07/2009, p. 2).

De acordo com a revista, a região entrou na mira de investidores por reunir diversas vantagens: primeiro, é uma das áreas com maior disponibilidade de terras do país. “Estima-se que o estoque disponível para novos cultivos seja de 3 milhões de hectares”. Segundo, porque apesar da alta procura nos últimos três anos, que já fez dobrar o valor da terra nos melhores locais, “a média de preços ainda é 40% inferior à do cerrado do Centro-Oeste”. Terceiro, pois os “investidores estrangeiros preferem o Mapitoba também por estar ainda fora do foco dos ambientalistas”. Ali, segundo as informações da Revista Exame, “a obrigação de preservação ambiental é de 35% da propriedade, enquanto no norte de Mato Grosso (considerado parte do bioma Amazônia) é de 80%”. Quarto, tem posição geográfica privilegiada, pois a logística é outro ponto favorável. Boa parte da região é servida pela ferrovia Norte-Sul, operada pela empresa Vale. Seus trilhos transportam soja até o porto maranhense de Itaqui para ser exportada. “Essa saída está seis dias a menos de navegação da Europa do que o porto de Paranaguá, no Paraná, de onde é embarcada a maior parte da soja produzida em Mato Grosso”. Assim, a combinação entre terras mais baratas e custo logístico inferior gera uma rentabilidade muito maior do que em outras áreas de agricultura moderna do Brasil, como a região Centro-Oeste, por exemplo.

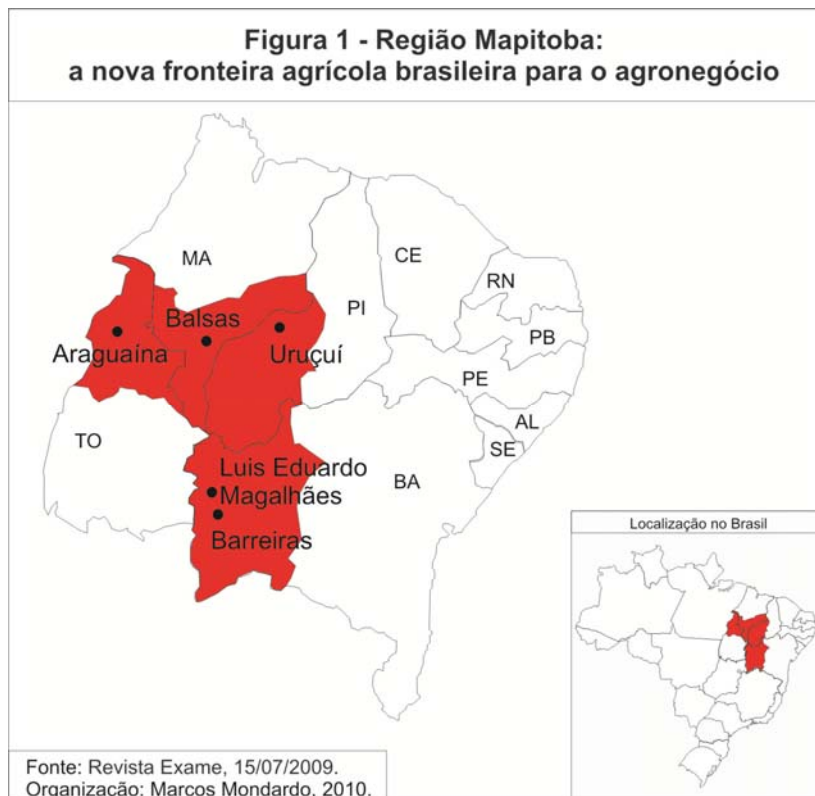
Haesbaert (1996) já havia estudado e chamado atenção para essa nova “região” do agronegócio, chamando-a de o “Novo Nordeste”:

Esse ativo processo de (des)(re)territorialização em curso nos cerrados baianos estende-se praticamente por todos os cerrados da região Nordeste (sul do Piauí, área de Balsas, no sul do Maranhão, alto da Chapada Diamantina) e é capitaneado por empresários sulistas que, no seu lastro, acabam atraindo também capitalistas do Sudeste e da própria região Nordeste. A ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do “eldorado da soja”) faz com que muitos denominem estas áreas o “Novo” Nordeste, e alguns políticos (inclusive com o apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1996, p. 382).

Podemos verificar, assim, que na “Região Mapitoba”, no Oeste Baiano bem como no município de Barreiras, o capitalismo busca se reproduzir por meio da sua expansão, nesse caso, pela via tecnológica e territorial. Atualmente, o combustível do crescimento da agricultura científica e/ou moderna é a alta tecnologia e a expansão de monoculturas se deve ao expraçamento do agronegócio globalizado sob novas áreas do cerrado brasileiro.

Como considera Harvey (2005, p. 64), o capitalismo “apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação geográfica*”. Para esse modo de produção sobreviver, “deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação”. Assim, “A sobrevivência do capitalismo é atribuída

à capacidade constante de acumulação *pelos meios mais fáceis*. O caminho da acumulação capitalista seguirá *por onde a resistência for mais fraca* (p. 71, [grifos do autor]). Isso pode ser verificado nas diversas vantagens que essa nova área do cerrado brasileiro oferece para a expansão do agronegócio com terras mais baratas e em grandes extensões territoriais, menor obrigação de preservação ambiental e um custo de transporte do produto menor do que em outras regiões brasileiras com agricultura moderna.



Esse processo de modernização agropecuária no Oeste Baiano traz simultaneamente sérios problemas ao cerrado com o desmatamento. Trata-se de um processo indiscriminado e sem planejamento por não utilizar um zoneamento agrícola que desenvolva, de maneira sustentável, a agropecuária com a conservação e preservação do bioma do cerrado. Ocorre também um uso demasiado dos recursos hídricos na região através dos sistemas de irrigação que garantem uma agricultura cada vez mais de precisão que, segundo os dados que recebemos da Assessoria de agronegócios da AIBA, são, no Oeste Baiano, estimados em aproximadamente 900 pivôs em funcionamento; considerando uma média de 100 hectares por pivô, isso equivale há uma área irrigada na região de 900.000 hectares. Entretanto, a natureza é vista cada vez mais como recurso e utilizada de maneira avassaladora sem medir, na maioria das vezes, os impactos ambientais inerentes aos processos de expansão e “territorialização” do agronegócio no cerrado baiano.

A matéria do Globo Repórter do dia 13/11/09 demonstra, nesse sentido, que as plantações de soja, milho e algodão “invadem” o cerrado brasileiro e que “fazendeiros pressionam nativos para vender as terras que ocupam” apontando, por exemplo, que o desmatamento em municípios do extremo Oeste da Bahia é acelerado e avassalador:

Formosa do Rio Preto, no extremo oeste da Bahia, é o maior município do estado, tem quase o tamanho de Sergipe. E é o primeiro da lista dos que mais desmataram o cerrado brasileiro nos últimos dois anos. Justamente o município que tem a maior parte de suas terras em áreas que deveriam ser protegidas (Globo Repórter, 13/11/09, p. 1).

Na região de grandes veredas que conservam a presença e a beleza dos buritizais ficam nascentes importantes em meio ao cerrado que está sofrendo uma mutação sócio-espacial com o processo de expansão territorial da soja. Segundo um fazendeiro entrevistado pelo Globo Repórter (13/11/09, p. 2): “todo ano a gente desmata uma parte. Um pouco mais, um pouco menos, dependendo da situação. Este ano desmatamos 900 hectares. Não temos licença ambiental, porque é difícil conseguir”. Também, em entrevista para a mesma matéria o vice-presidente da Associação de Agricultores da Bahia, Sérgio Pitt, adianta que: “Ainda pretendemos desmatar em torno de 1,2 milhões de hectares, mais 10% da área total”, o que demonstra a capacidade e a intencionalidade de expansão da agropecuária no cerrado baiano. Entretanto, entrevistando um agrônomo em Barreiras que presta assistência técnica na região, o mesmo informou que a intenção é desmatar em torno de 4 milhões de hectares para a expansão do agronegócio.

Diante deste cenário, conjuga-se, geográfica e historicamente, especialmente com a mobilidade sulista do capital e do trabalho, o “ideal linear” de uma modernização da agropecuária amplamente comandada pelos interesses privados e uma natureza dominada pela planura que, ao mesmo tempo em que estimula o padrão geométrico de ocupação e facilitava a mecanização agrícola, condiciona também as disputas territoriais em termos de limites entre propriedades, entre municípios como, por exemplo, a criação em 2000 do município de Luís Eduardo Magalhães (antigo distrito de Mimoso do Oeste) desmembrado de Barreiras e com tentativas da criação, no Oeste da Bahia, do Estado do São Francisco.

Surgiram, então, *novas territorializações* do capital com o complexo agroindustrial da soja (MÜLLER, 1989), e novas territorialidades com a mobilidade espacial da população como a dos conhecidos genericamente como “gaúchos” e/ou sulistas (gaúchos, catarinenses e paranaenses) – estimados, segundo Haesbaert (1996, p. 368), em meio à década de 1990 sendo em torno de 40.000 – que migraram de seus estados de origem para o Oeste Baiano, especialmente, para as cidades de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Baianópolis em busca de terras e do interesse em adentrar no mercado da agricultura científica e/ou moderna da soja nas terras planas e com grandes extensões territoriais do cerrado brasileiro.

Em matéria recentemente divulgada pelo Globo Repórter, o fazendeiro Walter Horita foi entrevistado por ser um dos “pioneiros” na plantação de soja, especialmente, no Oeste Baiano, se tornando o que se chama popularmente em Barreiras e região como “rei da soja” na Bahia. Em 1984 trocou 400 hectares de soja no Paraná por uma área que hoje chega a 40 mil hectares. É um dos maiores produtores da região, especialmente, nas monoculturas da soja e de algodão. Como ressaltou nessa entrevista: “Naquele tempo, comprar terra era muito barato. Em valores atualizados, eu diria que paguei algo em torno de R\$ 50 por hectare. Hoje o hectare vale R\$ 10 mil. São 200 vezes mais”, calcula Walter Horita.

Foi assim que muitos migrantes sulistas, especialmente, deixaram de ser agricultores para se tornarem empresário agrícola no cerrado. Como considera Elias (2006), estes são *signos* da formação de uma classe média agrícola, cuja residência passa a ser a cidade próxima ao espaço agrícola no qual realiza sua atividade produtiva, na grande parte das vezes podem ser chamadas de *cidades do agronegócio*. Esses médios e grandes empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria, são os difusores da soja nos cerrados da Bahia e em Barreiras.

Nesse sentido, esses migrantes sulistas parecem produzir uma modernização através daquilo que Castro (1996, p. 290), chama de “modernização Ocidental”, pela consecução de novas formas de produção operadas por mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento sobre estruturas consideradas “tradicionais”, especialmente, aquelas em Barreiras das “populações tradicionais” como beiradeiros, cerradeiros, geraizeiros, caatingueiros que tem em comum uma relação interligada com a natureza de uma maneira sustentável, desenvolvendo, atividades extrativistas e artesanais.¹ Por isso, o ônus decorrente desse processo é elevado e se expressa na deteriorização do

¹ Agradeço as informações sobre as “populações tradicionais” ao professor Evanildo Santos Cardoso da Universidade Federal da Bahia – Campus de Barreiras.

meio físico-biológico em função do elevado nível de desmatamento, na deterioração do solo e do uso indiscriminado dos recursos hídricos na evolução de um projeto assentado em atividades pouco exploradoras de mão-de-obra, na ruptura étnico-cultural, resultando na “perda de identidade” por parte de segmentos de “população tradicional” longamente “adaptados” aos ecossistemas ali predominantes. Como afirmou Haesbaert (1996, p. 378) sobre esse processo na década de 1990, “A geografia de espaços reduzidos e tempos de longa duração dos antigos habitantes dos sertões vê-se”, assim, “radicalmente alterada por esse novo cenário dos complexos agroindustriais que impõe o tempo breve, veloz da técnica e do lucro arrasador e a escala macro das grandes explorações capitalistas”.

Por isso, muitos sulistas assumem uma condição de difusores do moderno assentados numa espécie de “fundamentalismo do novo” onde opera a força do capital e de um “projeto de modernidade”: o “novo” sempre como “superior” e “melhor” que o velho, que o “tradicional” (GIDDENS, 1997). A produção do agronegócio no Oeste Baiano constitui parte de uma economia globalizada, aproximando-se, assim, do sentido atribuído por Martins (1997), que a caracteriza como uma “nova racionalidade econômica”, pela constituição formal e institucional de novas mediações políticas, pela criação do “novo” vinculado à expansão dos mercados, induzindo à modernização e a novas concepções de vida. Entretanto, essa difusão do “novo” pela cidade de Barreiras é desigual e ambivalente, produtor de paradoxos através da pobreza também gerada em muitos bairros periféricos como, por exemplo, nos bairros Barreirinhas, Vila Rica e Cascalheira.

Segundo Porto-Gonçalves (2006), o Brasil se insere na economia-mundo através das fronteiras abertas pelo complexo de atividades econômicas vinculadas à produção agroindustrial, o agronegócio. Entretanto, para o autor essa inserção é resultado do colonialismo que se reproduz pela violência da colonização do mundo moderno-colonial por meio, por exemplo, da “territorialização” do agronegócio no campo brasileiro. Por isso, as áreas onde se territorializa a agricultura moderna são altamente dependentes das exportações, como as do agronegócio da soja que se baseiam, na maioria das vezes, na alta exploração de mão-de-obra. Esse projeto de desenvolvimento econômico reproduz, segundo Quijano (2005), a violência colonial com a exploração das classes locais subalternizadas no processo de modernização de territórios.

De acordo com Lander (2005), esses processos de modernizações são vistos – pela perspectiva pós-colonial que parte de outro lugar de enunciação que é a América, particularmente, a América Latina – como de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho através da reprodução da sociedade de classes, pela “captura” do outro – “sempre inferior” – como subalternizado no processo de acumulação do capital. Existe, com isso, uma colonialidade do saber e do poder que se difunde por meio do neoliberalismo com a “territorialização”, por exemplo, do agronegócio com a “captura” da subjetividade do outro por um projeto de inferiorização do outro lugar – sempre marginal, nessa perspectiva – e do outro sujeito – sempre subalternizado, por esse olhar eurocêntrico.

Os desdobramentos sociais, políticos e territoriais desta *incorporação* de Barreiras e do Oeste Baiano ao projeto moderno-colonial são muitos, pois cada inovação transforma profundamente a distribuição geográfica da produção, as relações de trabalho e as relações de poder e de saber dos agentes do sistema produtivo, colocando, por exemplo, esses atores da modernização como os detentores do poder econômico e político local, como, por exemplo, sendo a prefeita de Barreiras atualmente uma sulista. Percebe-se que está um curso na cidade um processo de mudança econômica, social e política pelo qual estão em voga os interesses do capital global puxado pelo agronegócio, cujos sulistas assumem muitas vezes ser os difusores desse projeto através de novas territorializações, pelo crescimento do capital agropecuário no campo e novas territorialidades, pela disseminação (desigual) de um modo de vida urbano burguês.

Contudo, para se ter uma idéia da *intensidade* desse processo de modernização agropecuária promovida no Oeste Baiano atualmente, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), divulgou um panorama sobre a economia baiana referente ao ano de 2007, destacando, que a atividade que teve o *melhor crescimento no seu PIB foi à agropecuária*, especialmente, na *região Oeste*:

Em 2007 a economia baiana apresentou um crescimento de 5,3% no seu PIB, em função do bom desempenho dos setores industriais e de serviços, que juntos representam 91% da estrutura produtiva do estado. Esses referidos setores apresentaram uma taxa de crescimento 4,5% e 5,0%, respectivamente no referido ano. *Entretanto, foi a agropecuária, a atividade presente em praticamente toda a Bahia, com maior intensidade no Oeste, que apresentou o melhor desempenho entre os grandes setores da atividade econômica, registrando uma taxa de crescimento da ordem de 9,1%, em comparação ao ano de 2006 (SEI, 2009a, p. 1, [grifos nossos]).*

No setor agropecuário na Bahia há um forte predomínio dos municípios da região Oeste no *ranking* dos principais produtores agrícolas. Segundo a SEI (2009a, p. 6), em um análise da importância relativa dos valores da produção, em 2007, os principais produtos da agricultura baiana por ordem de importância são: a soja, representando 13,6%, o algodão herbáceo, representando 12,3% e, o feijão, com participação de 8,1%. Verifica-se, portanto, que todas estas culturas são produzidas no Oeste Baiano, destacando-se, no entanto, a soja e o algodão por ter a maior produção do estado na região. Já, dentre os vinte seis territórios de identidade da Bahia, o Oeste ocupa o sétimo lugar no *ranking* dos principais produtores agrícolas.

Entre os cinco maiores municípios agropecuários, quatro deles estão situados na região Oeste Baiana: São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto (Tabela 1).

Tabela 1 – Os quatro maiores municípios agropecuários do Oeste Baiano, 1999, 2006 e 2007

PIB Município	Agropecuária (em milhões R\$)			Participação Total no Estado (%)		
	1999	2006	2007	1999	2006	2007
São Desidério	105	405	637	3,89	6,24	7,74
Barreiras	160	274	372	5,95	4,22	4,52
Juazeiro	62	256	278	2,29	3,95	3,38
Luís Eduardo Magalhães	-	168	215	-	2,59	2,61
Formosa do Rio Preto	38	91	179	1,41	1,40	2,18
Oeste Baiano	1.279,23	3.287,35	4.325,03	3,05	3,41	3,94

Fonte: SEI, 2009a.

Podemos verificar através da tabela 1, que houve um crescimento ascendente na agropecuária em Barreiras desde o ano de 1990 até 2007. Isso demonstra as transformações que o setor está impondo ao município, tanto no seu espaço rural como urbano, pois, com uma “modernização aos saltos” geradora de grande riqueza e simultaneamente de muita pobreza, o município de Barreiras passa nas últimas décadas por profundas mutações na sua estrutura produtiva agropecuária com repercussões e ligações inerentes ao espaço urbano através de um vertiginoso crescimento populacional desde a década de 1970.

É claro que esse processo passa pela atração de migrantes sulistas, mas, também, nordestinos sendo, em grande medida, os primeiros, atraídos pela grande “disponibilidade” de terras baratas e pela expansão da soja, e os segundos, atraídos pelo crescimento da cidade de Barreiras e as oportunidades de emprego. Por isso, é importante ressaltar que a partir do processo de “territorialização” da soja no Oeste Baiano, houve um forte processo

de êxodo rural na região, o qual também contribuiu para o crescimento populacional e urbano da cidade.

Neste âmbito, podemos verificar como um novo arranjo territorial vem sendo “territorializado” no Oeste Baiano de grande produção, nos anos de 2006 e 2007, da soja dentre os quais, os municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se destacam respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção e área colhida de soja nos principais municípios do Oeste Baiano, 2006/2007

Municípios	2006		2007	
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Baianópolis	10.200	23.256	10.100	27.270
Barreiras	147.400	336.072	145.200	392.040
Cristópolis	400	912	400	1.080
Formosa do Rio Preto	99.160	226.085	98.200	265.140
Luís Eduardo Magalhães	128.470	292.912	126.570	341.739
Riachão das Neves	68.900	157.092	68.200	184.140
São Desidério	270.870	617.583	254.287	686.575

Fonte: SEAGRI, 2009.

Assim, a região Oeste da Bahia, polarizada pelo município de Barreiras, passa a ter uma nova funcionalidade: o de produzir grãos, sobretudo, para o mercado exterior que através da geométrica da modernização implantada, caracterizou cada vez mais Barreiras como um ponto nodal de grande produção de soja e de algodão, especialmente, sendo, caracterizada por isso, como o lugar modelado por essa modernização do capital global que, pela sua rapidez e intensidade, transformou em pouco tempo as relações políticas e econômicas do município e da região.

O município de Barreiras, por exemplo, teve sua função alterada, passou a ser comandado “de fora” pelos atores do capital global, cujos vetores dessa modernização foram levados e implementados, em grande medida, pelos migrantes sulistas, especialmente, aqueles que personificaram e personificam o capital monopolista e financeiro. O território, por isso, passou a ser extrovertido (SANTOS, 2006), tendo ordens e funções econômicas e políticas comandadas por forças de fora do país, sobretudo, aquelas ligadas às bolsas de valores (B&MF, por exemplo), por empresas multinacionais esmagadoras de grãos (BUNGE e CARGILL), aos capitais transnacionais e aos interesses/intencionalidades do mercado exterior. Esse processo contou, ainda, com a ajuda do Estado através da EMBRAPA na melhoria genética das sementes para o desenvolvimento do que hoje é chamado de “grãos do cerrado”.

Assim, especialmente por se tratar do modelo agrícola estimulado no estado, calcado especialmente na monocultura da soja e algodão que exige grandes investimentos em corretivos de solo, fertilizantes e mecanização, os agricultores menos capitalizados que venderam o pouco que tinham no Sul, geralmente fracassaram no cerrado baiano. Muitos desses migrantes sulistas voltaram para o Sul do Brasil ou estão em alguns assentamentos no Oeste baiano, por exemplo. Sobretudo, a moderna agricultura desenvolvida na região foi “territorializada” por migrantes sulistas classe média e alta que dispunham de dinheiro, tecnologia e informação para utilizar os subsídios dos bancos e incentivos oriundos do estado da Bahia que participaram e participam dessa expansão agropecuária.

Esse processo de modernização agropecuária capitalista implementada em Barreiras a partir da década de 1980, é de tal magnitude e intensidade que poderíamos denominar o município como um desses espaços-rede transnacionalizados (SANTOS, 1994) que circunscrevem e revelam suas marcas sócio-espaciais através de um jogo multiescalar do capital e da política que acompanha as normas e as regras que se difundem, atuam e des-territorializa o capital nas suas diversas formas de manifestação e concretude territorial, especialmente, no campo do agronegócio globalizado na região Oeste baiana.

Podemos verificar que o município de Barreiras teve um espetacular crescimento de sua urbanização a partir da década de 1970, diretamente vinculada à consecução e expansão do agronegócio, formando uma cidade com população estimada em 2009 de 137.832 habitantes, cuja função principal está claramente associada *hegemonicamente* às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura e ao circuito superior da economia, especialmente. Como observado, na cidade se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado.

Segundo Santos (2006), no período técnico-científico-informacional as cidades do campo (ou que estamos chamando aqui do agronegócio) se multiplicaram no país e passaram a desempenhar muitas novas funções. Transformaram-se, então, em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado, e resultam em muitas novas territorialidades. Se a cidade é, conforme considera Carlos (2004), a materialização das condições gerais de reprodução do capital, a cidade do agronegócio é, como propõem Elias (2006, p. 233), “aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”.

Nesse sentido, muitas empresas ligadas ao agronegócio globalizado oriundas do Centro-Sul se instalaram nas cidades do Oeste Baiano como, por exemplo, a AGROSUL em Barreiras, vendedora de maquinários agrícolas (tratores, colheitadeiras, plantadeiras), da John Deere (Foto 1).



Foto 1 - AGROSUL-Barreiras

Foto: 12/01/2010.

Para Santos e Silveira (2006), a adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização através da fazenda moderna dispersa, especialmente, com a agroindustrialização. Nesse sentido:

Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão-de-obra especializada, em todos os pontos luminosos do espaço agrário brasileiro dominado pelo circuito superior do agronegócio é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor. O mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, técnico agrícola, veterinário, administrador agrícola, agrônomo etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola (ELIAS, 2006, p. 231).

O impacto sócio-territorial de todas essas transformações técnicas, econômicas e sociais na dinâmica populacional e na estrutura demográfica foi intenso em Barreiras bem como na região Oeste da Bahia, especialmente, a partir das décadas de 1970 e 1980 (tabela 3).

Tabela 3 - Evolução populacional do município de Barreiras e do Oeste Baiano 1970-2009

Anos	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2009
Barreiras	20.864	41.462	92.640	113.695	113.092	129.501	137.832
Oeste Baiano	271.204	336.816	438.953	463.422	495.716	-	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991/1996/2000, Contagem da População de 1996 e estimativas populacionais 2007 e 2009.

Concomitantemente a uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial, às transformações nas relações de trabalho, ocorreu uma revolução demográfica e urbana, marcada pelo crescimento populacional, particularmente urbano (tabela 4).

Tabela 4 - Evolução da população urbana do município de Barreiras e do Oeste Baiano 1970-2000

Município	1970		1980		1991		1996		2000	
	Urbana	%	Urbana	%	Urbana	%	Urbana	%	Urbana	%
Barreiras	9.831	47,12	30.055	72,49	70.870	76,50	87.455	76,92	115.784	87,82
Oeste Baiano	51.952	19,16	102.921	30,56	190.243	43,34	218.146	47,07	-	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991 e Contagem da População de 1996. SEI – Anuário Estatístico de 1996.

O Oeste Baiano e, especialmente, Barreiras, é uma área na qual o crescente processo de urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório, a modernização e a expansão de novas atividades vinculadas à agropecuária promoveram o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos territoriais principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais

circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada, por exemplo, em Barreiras com os bancos, empresas do setor dos serviços agrícolas e das empresas esmagadoras como a Bunge. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento de Barreiras como uma cidade pólo do Oeste Baiano, fortalecendo-a, cada vez mais, seja em termos demográficos ou econômicos.

Barreiras, então, se tornou a “*core área*” do Oeste Baiano em função da *centralização* de algumas atividades agroindustriais e econômicas que lhe configuraram enquanto *pólo* do “progresso”, do “desenvolvimento” regional e de atração populacional. Perroux (1975, p. 108) considera que “geograficamente concentrado, o pólo [agro]industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato”, pois é o “centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos”.

Com o desenvolvimento econômico de Barreiras como pólo regional, ocorreu uma concentração territorial urbana, sobretudo, com a territorialização de migrantes sulistas, sejam eles atores do agronegócio ou da força de trabalho no campo, bem como de migrantes de outros estados nordestinos atraídos pelas novas oportunidades de empregos no município, como também de muitos baianos desterritorializados do campo oriundos do processo de modernização agrícola. Houve a “territorialização” dos fixos (das estruturas produtivas e econômicas para o desenvolvimento do agronegócio) e concomitantemente, as concentrações de homens *móveis* e de capitais *fixos*.

Neste contexto, segundo os dados dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000 do IBGE, a região Oeste Baiana recebeu 12.049 imigrantes inter-estaduais, com 5 anos ou mais, entre 1986-1991, e 15.642 entre o período de 1995-2000. Já, entre 1986-1991 a região expulsou 31.200 emigrantes, e 31.774 entre o período de 1995-2000. Isso demonstra, em parte, que o processo de modernização agrícola fez com que muitas pessoas deixassem a região, especialmente, aquelas oriundas do campo que se deslocaram para outros lugares.

Entretanto, podemos observar que Barreiras foi, entre 1995-2000, o terceiro município do estado da Bahia a receber maior número de imigrantes, demonstrando, o poder de concentração urbana gerada pela “emergente produção de grãos nesse município”:

Ao observar a imigração interestadual baiana a partir dos seus municípios em 1995-2000, verificou-se que Salvador (36.714 pessoas), Juazeiro (10.861 pessoas) e Barreiras (8.248 pessoas) apresentaram-se como os três municípios mais significativos na atração de imigrantes no Estado, representando cerca de 22,0% do total. Salvador constitui-se num pólo atrativo pela sua infraestrutura em comércio e serviços (lazer, educação etc.), servindo como local de moradia para pessoas que vêm de outros Estados. Juazeiro tem na agroindústria inserida no mercado internacional, provavelmente, um dos principais motivos para atrair pessoas para o seu território; e, a vinda de migrantes para Barreiras, por sua vez, está associada à emergente produção de grãos nesse município, sobretudo a cultura da soja, também importante no comércio internacional (SEI, 2009b, p. 2).

A cidade de Barreiras sofreu um aprofundamento do processo de urbanização e divisão territorial do trabalho constituindo-se num espaço para onde converge parte dos sojicultores e sobretudo, a demanda especializada destes por serviços de apoio à produção e infra-estrutura. Por isso, além de *pólo* de concentração e distribuição de mercadorias para outros municípios da região oeste da Bahia, Barreiras se configura territorialmente também como *espaço de convergência* e circulação de fluxos migratórios provenientes de estados do Nordeste como o Ceará, Piauí, cidade baianas como Irecê, Feira de Santa, Salvador e outras cidades da própria região.

Diante disso, o Oeste baiano é re-configurado sócio-espacialmente para atender à produção dos complexos agroindustriais, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza do

cerrado e desse modo ampliam-se as complexidades dos seus sistemas técnicos e normativos. Por isso, o território torna-se cada vez mais interligado e dominado, promovendo uma urbanização corporativa (Elias, 2003a), ou seja, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas multinacionais vinculadas ao agronegócio.

Para Elias (2003), a cada renovação das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, a cada renovação dos sistemas técnicos agrícolas e dos sistemas de ação que lhe dão suporte, as cidades das áreas adjacentes aos espaços agrícolas de produção intensiva se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes transgênicas à mão-de-obra especializada. Isto faz crescer a urbanização, o tamanho e o número das *cidades do agronegócio*.

Haesbaert (1996) enfatizou, por exemplo, em meio à década de 1990 – quando desenvolveu seu estudo no Oeste Baiano e em Barreiras – o processo de desterritorialização feito pelo capital global para a “territorialização” de um novo espaço: aquele vinculado ao agronegócio. Por isso, para ele, a região naquele momento apresentava um “tempo breve”, característica do movimento global desterritorializador (que, aliás, ainda permanece, em diferentes graus, nesse recorte espacial):

No Oeste Baiano, construir e destruir, nascer e morrer, em sentido amplo, acabaram de repente se tornando tão corriqueiros, foram tão banalizados, que às vezes parecem não provocar mais estranheza, o que altera profundamente as noções de espaço e tempo tal como vivenciados no cotidiano da população. *Quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se reveste de uma violência desterritorializadora, numa ditadura do movimento, como se fixar-se, deixar raízes, pertencesse a um passado que é preciso, de qualquer forma, superar* (HAESBAERT, 1996, p. 380, [grifos nossos]).

Em Barreiras, com a “territorialização” do agronegócio globalizado se difundiu pela urbe as casas de comércio de implementos agrícolas (de sementes, grãos, fertilizantes), os escritórios de *marketing*, de consultoria contábil, os centros de pesquisa biotecnológica, as empresas de assistência técnica e de transportes como as borracharias, postos de combustíveis, mecânicas, os serviços especializados em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre outros, especializando e aumentando o setor, sobretudo, de serviços para atender a demanda agroindustrial. Esse setor é operado pela classe trabalhadora, pelo setor inferior da economia urbana (SANTOS, 1979) que presta serviços e dá suporte a toda essa funcionalização da cidade do agronegócio.

O resultado é uma grande *metamorfose* sócio-territorial pelo crescimento da economia urbana na cidade de Barreiras que, paralelamente ao desenvolvimento agroindustrial criam um novo patamar mais acirrado das relações entre cidade e campo, vislumbrável, nos diferentes circuitos de cooperação estabelecidos entre esses dois espaços. O crescimento da produção não-material, também visível na cidade se deve ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, que impõe numerosas necessidades associadas à existência individual e das famílias. Projeta-se, como considera Lefebvre (2008), a re-produção das relações sociais de produção.

Assim, a expansão da agroindústria globalizada não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas, como causou profundos impactos nas relações de trabalho, transformando o conjunto de normas e padrões que regulavam tais relações. Como resultado ocorre uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com acelerado processo de urbanização.

Considerações Finais

Fundamentalmente, há uma lógica modernizadora hegemonicamente territorializada no Oeste Baiano que o incorpora ao projeto moderno-colonial, articulando a escala local com a internacional e organiza o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado, configurando, com isso, a produção de um território extrovertido, pois é “apropriado” e “dominado” por atores de “fora”, essencialmente, vinculados as grandes corporações multinacionais sendo, muitos destas, ligadas a migrantes sulistas. É um espaço agrícola que apresenta altas densidades técnicas e normativas em função do agronegócio e que participa de interesses globais interligados com uma classe média e alta rural que difunde e territorializa essa “condição moderna” no cerrado baiano através de uma agricultura moderna e/ou científica.

As grandes empresas, via de regra, oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocaram para a região Oeste Baiana dispondo de instrumentos técnicos e tecnológicos que aumentaram o seu poder, mobilizando importantes recursos de capital para esse espaço, sejam em termos de instalações, maquinários e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infra-estrutura e, conseqüentemente, gerando atração de mão-de-obra para essas atividades.

São visíveis, portanto, as *novas* territorialidades do agronegócio no Oeste Baiano e em Barreiras, no campo e na cidade, pontos de transformação da natureza (e de devastação do cerrado, muitas vezes), de criação de novas horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2004), e da articulação da escala local com a global que expande o processo de “territorialização” do capital no campo.

Mas, essa reestruturação produtiva da agropecuária em Barreiras se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades e precariedades sócio-territoriais de muitos moradores da cidade que vivem excluídos (ou inseridos precariamente, nos termos de Martins, 1997), ou, ainda, como subalternos pois estão à margem do processo agropecuário moderno. Se registrou, então, a desterritorialização da formação sócio-espacial anterior e a promoção de novas dinâmicas políticas, sociais, culturais e territoriais vinculadas ao agronegócio.

A criação de especializações no cerrado, a exemplo das áreas sojíferas do Oeste Baiano, localizadas de maneira mais radical em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, as quais, tornando-se espaços globalizados, passaram, pela alta densidade técnica e tecnológica implantada, a sediar atividades de alta rentabilidade, desagregando e impedindo, com isso, o estabelecimento de outras produções como as de menor porte (como a da agricultura camponesa e familiar), sendo, desse modo, especializações que valorizam o território para alguns e desvalorizam e desarticulam para outros, significando excessiva concentração de terras, de renda e de poder em poucas mãos.

Entender, portanto, o fenômeno da expansão da fronteira agrícola pela agricultura moderna no Oeste Baiano, significa perceber a desterritorialização de atividades tradicionais e a “territorialização” de atividades agrícolas modernas mais rentáveis, da existência de populações tradicionais ou familiares encurraladas, da perda e do seu difícil acesso à terra, do trabalho precário e temporário, significa, enfim, ver o território como ação política. Em Barreiras há sempre destruição e construção, estando à exploração de seus recursos “naturais” e “humanos” voltados para a acumulação ampliada do capital(ismo).

Referências bibliográficas

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. *In*: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-366.

BRITO, F. E. M. Tempo de itinerância e espaço apropriado nos cerrados à oeste. Revista Travessia. CEM – Ano VI, n. 15, Janeiro/abril, 1993, pp. 11-13.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E. de. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 283-324.

ELIAS, D. Globalização e agricultura. São Paulo: Edusp: 2003.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. Cruz. ELIAS, D. (Orgs.). Panorama da Geografia brasileira I. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 221-238.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich. GIDDENS, A. LASH, Scott (Org.). Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 73-134.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

_____. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 367-418.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. Revista Território, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, pp. 55-71.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774- 6792.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, Niterói: UFF, v. 17, p. 19-45, 2008.

HARVEY, D. A produção do espaço capitalista. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991//2000, Contagem da População de 1996 e estimativas populacionais 2007 e 2009.

LANDER, E. (Coord.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. Hucitec: São Paulo, 1997.

_____. Exclusão e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Niterói: UFF. GEOgraphia. Ano 6 – N. 12, pp.7-23, 2004.

MONDARDO, M. L. Mobilidade sulista do capital e da força de trabalho para o Mato Grosso do Sul: modernização agroindustrial, descompassos e contradições sócio-territoriais. Terra Livre, v. 1, p. 173-187, 2009.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, pp. 97-110.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (Coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto Militarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados. São Paulo. Vol. 19, Nº 55, 2005.

SOUSA SANTOS, B. de. Os processos da Globalização. In: _____.(Org.). A globalização e as ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 25-104.

SANTOS, C. M. dos S.. Impactos da modernização da agricultura no Oeste Baiano: repercussão no espaço do Cerrado a partir da década de 80. PPGG-UFBA, Dissertação de Mestrado: Salvador, 2000.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, C. A. F. da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SEAGRI). Produção agrícola: Soja. Salvador, 2009. Disponível em www.seagri.ba.gov.br. Acesso em 15/12/2009.

Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia (SEI). Anuário Estatístico de 1996. Salvador, SEI, 1996. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em 18/12/2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI. Resultado do PIB Municipal 2007. Salvador, SEI, 2009a. Disponível em www.sei.ba.gov.br, Acesso em 18/12/2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI. Tendências recentes da migração baiana (1980 e 1990). Salvador, SEI, 2009b. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em 18/12/2009.

Revistas

Revista Exame. O sertão agora é assim. Abril. Edição n 0947, 15/07/2009.

Globo Repórter. Lavouras avançam sobre entorno de reserva do Cerrado. 13/11/2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/globoreporter/0,,mul1378815-16619,00-lavouras+avancam+sobre+entorno+de+reserva+do+Cerrado.html>. Acesso em: 11/12/2009.